

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI - MG

EXERCÍCIO DE 2016

DIRETRIZES CONTÁBEIS

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Legislativo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis da Câmara Municipal, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo às exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Órgão estão passando por grandes transformações com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dessa forma, e com base nas orientações do MCASP, as seguintes alterações nas Políticas Contábeis foram adotadas para geração das Demonstrações Contábeis no exercício:

- Apropriação das Variações Patrimoniais Diminutivas após a liquidação da despesa, ou seja, as despesas não liquidadas não mais compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Restos a Pagar Não Processados do exercício atual e de exercícios anteriores foram excluídos do quadro principal do Balanço Patrimonial;
- Despesas de Exercício Anteriores (DEA) realizadas no exercício atual, foram baixadas diretamente do Resultado do Exercício na conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", conforme orientação do MCASP, parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A contabilização das variações patrimoniais, é feita no sistema online "Contas Públicas", permitindo sejam abrangidos os atos e fatos relativos a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correta demonstração da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

Com relação à avaliação do Ativo, a Câmara Municipal vem estudando a situação dos bens sob o seu poder e guarda, traçando as diretrizes para os mesmos possam ser reajustados a valor justo, e posteriormente, dar início ao processo de depreciação dos mesmos.

As Disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades. São mensurados pelo valor de aquisição e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas do estoque é o custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, e em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é obtido com base no valor patrimonial definido nos termos da adoção, ou na falta deste, em avaliação de valor justo de mercado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivando facilitar a interpretação das Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas relativas a cada uma delas serão apresentadas da seguinte forma:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei Orçamentária Anual fixou a Despesa do Poder Legislativo, para o exercício financeiro de 2016, em R\$ 834.050,00 (oitocentos e trinta e quatro mil e cinquenta reais), não havendo abertura de Crédito Adicional Suplementar e/ou Especial no período.

O Balanço Orçamentário do Órgão apresenta déficit orçamentário, tendo em vista que a Câmara Municipal não é agente arrecadador.

Com relação aos Anexos I e II do Balanço Orçamentário, não há movimentação tendo em vista que não houve Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

BALANÇO FINANCEIRO

Conforme Balanço Financeiro, no exercício foi registrado Transferências Financeiras Recebidas no valor de R\$ 640.784,24 (seiscentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). Importante ressaltar que em 2015 o saldo financeiro remanescente no valor de R\$ 104.985,64 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) não foi devolvido ao Executivo, devendo o mesmo, ser considerado como antecipação de duodécimo em 2016. O fato não foi registrado contabilmente para que não houvesse divergências com o fechamento apresentado pela Prefeitura.

Não houve devolução de numerário ao Executivo no exercício de 2016.

Foram registrados, no exercício atual, recebimentos extra-orçamentários no montante de R\$ 122.070,91 (cento e vinte e dois mil, setenta reais e noventa e um centavos) referente ao ingresso de receitas extra-orçamentárias, oriundas de valores descontados/consignados em folhas, faturas de serviços e RPAs.

Também foram registrados no exercício atual, pagamentos extra-orçamentários no valor de R\$ 117.257,62 (cento e dezessete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) referente ao recolhimento de valores descontados/consignados em folhas, faturas de serviços e RPAs.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Estoque apresentou a seguinte movimentação em 2016:

Saldo Anterior	452,58
(+) Entradas	5.306,74
(-) Saídas	(5.044,56)
Saldo Atual	714,76

Já no **Ativo Não Circulante**, o Imobilizado não sofreu alterações.

Bens Móveis

Saldo Anterior	59.666,90
(+) Incorporação de Bens DEO	0,00
(+) Incorporação de Bens IEO	0,00
(-) Baixa de Bens Inservíveis	0,00
Saldo Atual	59.666,90

Bens Imóveis

Saldo Anterior	90.563,07
(+) Incorporação de Bens DEO	0,00
(+) Incorporação de Bens IEO	0,00
(-) Baixa de Bens Inservíveis	0,00
Saldo Atual	90.563,07

Não houve, no exercício, reavaliação e/ou depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. A Câmara Municipal está aguardando a criação pelo Município, de Normas que estabelecerão os critérios para reavaliação/depreciação dos bens públicos.

Houve superávit financeiro no exercício no valor de R\$ 77.773,52 (setenta e sete mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O valor constante no registro da VPD "Uso de Material de Consumo" refere-se ao material requisitado no almoxarifado no valor de R\$ 5.044,56 (cinco mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) mais o material de consumo imediato no valor de R\$ 3.194,30 (três mil, cento e noventa e quatro reais e trinta centavos).

O resultado patrimonial apurado no exercício foi um déficit de R\$ 26.478,10 (vinte e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dez centavos).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Embora esse Demonstrativo não seja obrigatório para as Câmaras Municipais, o mesmo torna-se importante para melhor entendimento das movimentações ocorridas do Patrimônio da entidade.

O Patrimônio Líquido da Câmara apresentou um Resultado Acumulado positivo de R\$ 228.718,25 (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se à Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) empenhada no elemento "92". Tais ajustes fizeram-se necessários, tendo em vista as alterações das políticas contábeis exigidas pela implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Até o exercício de 2015, a DFC da Câmara estava sendo apresentada sem abranger as movimentações extra-orçamentárias. A partir de 2016 o relatório demonstra tal movimentação por meio das contas "Outros Ingressos Operacionais", para as receitas extra-orçamentárias, e "Outros Desembolsos Operacionais", para as despesas extra-orçamentárias.

WELINGTON RODRIGUES DE CASTRO
PRESIDENTE

FLAVIANA HERMENEGILDO OLIVEIRA BARBOSA
CONTADOR - CRC/MG 105.717